

Modernização de espaços turísticos é debatido em Piracicaba

Município lançou o edital concorrência pública para os interessados nas áreas

Divulgação/Prefeitura de Piracicaba

A cidade de Piracicaba lançou uma concorrência pública para conceder o uso do Parque do Mirante, do Aquário Municipal e do Elevador Turístico Alto do Mirante. A iniciativa pretende promover a revitalização e a modernização desses equipamentos turísticos localizados no entorno da Rua do Porto.

As empresas interessadas podem participar de forma individual ou em consórcio, com envio de propostas até 24 de fevereiro de 2026, conforme estabelece o edital de concorrência eletrônica nº 08/2025.

A área contemplada pela concessão soma 28,5 mil metros quadrados. O edital permite a exploração comercial de várias atividades e eventos relacionados a lazer, recreação, educação, entretenimento, gastronomia, esporte, cultura, turismo, comércio, economia criativa e inovação tecnológica, além da obtenção de receitas acessórias vinculadas aos espaços concedidos.

Fases

O Plano de Negócios Referencial estabelece que a execução do projeto ocorrerá em quatro etapas. Nos dois primeiros anos, estão previstas a recuperação das estruturas existentes e o início da geração de receitas.

Entre o terceiro e o quinto ano, o foco será a consolidação dos atrativos. Do sexto ao 17º



Área contemplada soma 28,5 mil metros quadrados e prevê negócios em vários segmentos

ano, estão programados o encerramento dos investimentos e a ampliação da visitação. Já entre o 18º e o 25º ano, a prioridade será manter os espaços consolidados como pontos turísticos, com ações contínuas de manutenção.

Intervenções

Para o Aquário Municipal de Piracicaba, o projeto prevê a construção de pet shop, loja de souvenirs e cenários para fotos temáticas, além da ampliação dos aquários centrais. Também estão incluídas a cobertura e o fecha-

mento da área externa.

As melhorias têm como objetivo ampliar a experiência do público e reforçar o caráter educativo e turístico do equipamento.

Parque do mirante

No Parque do Mirante, estão previstas ações como reforço das estruturas de encosta, revitalização paisagística e jardinagem, implantação de estacionamento, quiosques, playground, fonte, banheiros, academia ao ar livre, mall de lojas e restaurante.

De acordo com as informa-

ções divulgadas, o espaço será adaptado para receber shows ao ar livre e contará com piso tátil, modernização e ampliação do sistema de iluminação, além da criação de novos atrativos turísticos, como a utilização de bicicletas.

Elevador Turístico

O Elevador Turístico Alto do Mirante também passará por reformas nos banheiros e no quiosque, além da instalação de painéis de LED para o envelopamento da estrutura, de modo a criar uma nova atração visual.

Estão previstas ainda ações de melhorias na pintura, nos sistemas elétrico e hidráulico, na estrutura metálica, na torre e na lanchonete.

Acesso gratuito

O edital garante que o acesso ao Parque do Mirante permanecerá gratuito. No Aquário Municipal, será assegurada a gratuidade para visitas pedagógicas de alunos da rede pública municipal e de entidades sociais.

Segundo a secretária Municipal de Turismo, Clarissa Quirara, a concessão decorre de um parecer técnico de viabilidade econômica e permite que a iniciativa privada assuma investimentos, manutenção e ampliação dos espaços, contribuindo para a geração de empregos e o fortalecimento da infraestrutura turística local.

O valor mínimo do lance inicial é de R\$ 100 mil, e o julgamento ocorrerá pelo critério de maior oferta. A concessão terá duração de 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até dez anos. O investimento estimado para as intervenções obrigatórias é de R\$ 8.223.941,61.

O edital não fixa valores de ingressos ou serviços, cabendo à empresa vencedora definir os preços necessários para a viabilidade financeira do projeto, respeitando o contrato e o interesse público.

Vista Alegre do Alto lidera o ranking ambiental paulista

Divulgação/Governo de SP

Vista Alegre do Alto, cidade de 8,5 mil habitantes no interior paulista, ficou em primeiro lugar no Grupo 1 do ciclo 2024-2025 do Programa Município VerdeAzul (PMVA), com 96,5 pontos.

O município recebeu o Prêmio Governador Franco Montoro, concedido pelo Governo de São Paulo às cidades com melhor desempenho ambiental em cada faixa populacional. Entre os destaques está a criação do Conselho Municipal de Emergência Climática, etapa fundamental para o planejamento de ações de adaptação e resiliência climática.

Programa

O PMVA é coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e se baseia em dez diretrizes ambientais.



O Conselho Municipal de Emergência Climática foi um destaque

O ciclo atual foi o primeiro a seguir a Resolução SEMIL36/24, que reformulou o programa, incorporando o Zoneamento Ecológico-Econômico, ampliando ações relacionadas às mudanças climáticas e criando uma diretiva específica para recursos hídricos.

A avaliação utiliza documentos comprobatórios de 52 atividades, que definem parâmetros mínimos para a gestão municipal ambiental e climática. Passivos ambientais sob responsabilidade do poder público também são considerados.

Araraquara retoma demissão de servidores

Na última semana, a Prefeitura de Araraquara retomou as demissões de servidores aposentados e classificou a medida como um “dever legal”, em cumprimento a decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Já o sindicato da categoria considerou a ação “cruel e desumana”, especialmente por ocorrer às vésperas do Natal.

Em fevereiro, o TJ-SP havia suspenso temporariamente os desligamentos após pedido do Sismar, mas, em junho, as demissões foram mantidas. Segundo a administração municipal, novas decisões judiciais reafirmaram a obrigatoriedade do cumprimento da sentença, cabendo ao município executá-la.

Sindicato

O Sismar reagiu com indignação à retomada das demissões e afirmou que os desligamentos

estão sendo realizados sem o pagamento correto da multa de 40% do FGTS. Para a entidade, a decisão desconsidera a dignidade de trabalhadores que seguem atuando no serviço público e atinge servidores em um momento sensível.

Prefeitura

A administração municipal negou a contratação de novos servidores durante o processo e esclareceu que portarias recentes decorrem de uma mini reforma administrativa aprovada pela Câmara. O processo de demissão teve origem em ação do MP-SP para apurar possíveis irregularidades na contratação de aposentados.

Desde 2018, o município foi condenado, mas a execução começou apenas neste ano, com divergências sobre o cálculo da multa do FGTS.